

A FORMAÇÃO DO LEITOR LITERÁRIO NA PRISÃO E O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

THE FORMATION OF THE LITERARY READER IN PRISON AND THE ROLE OF UNIVERSITY EXTENSION

Karina Zendron da CUNHA¹

Valéria Contrucci de Oliveira MAILER²

Rodrigo José LEAL³

RESUMO: Neste artigo, temos por objetivo apresentar e discutir os resultados alcançados pelo projeto de extensão “Contexto – Ampliando o Alcance à Liberdade por meio da Leitura no Presídio Regional de Blumenau” de 2017 a 2019 e também apontar possibilidades de melhoria para os próximos anos. O embasamento teórico é o do letramento literário. Nos três anos do projeto, realizamos 745 avaliações, em dezesseis rodadas ao longo de três anos, e 452 pareceres favoráveis à remição de pena foram enviados à justiça. A avaliação do projeto tanto pelos reeducandos atendidos quanto pelos funcionários do Presídio Regional de Blumenau é bastante positiva. Conclui-se, portanto, que o projeto tem contribuído para a formação de leitores literários e para a reinserção social dos reeducandos beneficiados pelo projeto.

PALAVRAS-CHAVE: Educação para a liberdade. Letramento. Literatura.

ABSTRACT: In this article, we aim at presenting and discussing the results achieved through the extension project “Contexto – Ampliando o Alcance à Liberdade por meio da Leitura no Presídio Regional de Blumenau” from 2017 to 2019 as well as to point out the possibilities of improvement for the upcoming years. The theoretical basis used in the project is literary literacy. In the three years of the project, we carried out 745 evaluations in sixteen rounds throughout the years, and 452 favorable statements regarding sentence remission were sent out to the justice department. The project evaluation performed both by the prisoners attended as the Presídio Regional de Blumenau project staff has been very positive. Therefore, it is concluded, that the project has contributed to the formation of literary readers and to the social reinsertion of the prisoner-students reached by the project.

KEYWORDS: Education for freedom. Literacy. Literature.

1. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC, docente do Departamento de Letras da Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau – Santa Catarina – Brasil. E-mail: kzcunha@furb.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6579-7522>.

2. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC, docente do Departamento de Letras da Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau – Santa Catarina – Brasil. E-mail: vmailerbr@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3196-4753>.

3. Doutor em Direito pela Universidad de Alicante, docente do Departamento de Direito da Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau – Santa Catarina – Brasil. E-mail: rleal145@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3644-7838>.

Introdução

A formação de leitores literários tem sido um desafio tanto para a escola quanto para outros setores da sociedade. Na escola, muitas vezes, o fazer literário tem se limitado à mera classificação de textos em escolas literárias, tirando da literatura seu papel social, seu papel de humanização (COSSON, 2016). Se a própria escola tem tido dificuldades nesse aspecto, o que diremos sobre a formação de leitores literários em ambientes de privação de liberdade?

Nos últimos anos, a discussão sobre a reinserção social de pessoas em privação de liberdade⁴ por meio da educação tem estado bastante presente no meio acadêmico. De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84), o Estado deve garantir à pessoa privada de liberdade o acesso à educação, que pode ocorrer por meio de atividades de alfabetização, formação de ensino fundamental até ensino superior, cursos técnicos e curso de formação inicial e continuada. Além disso, para garantir o acesso à educação, há também atividades complementares como os programas de remição de pena pelo estudo por meio da leitura, do esporte e de outras atividades, como videoteca, atividades de lazer e cultura (BRASIL, 2017).

Apesar de haver essa lei, de acordo com o INFOPEN (BRASIL, 2017, p. 53), até junho de 2016, somente 12% da população prisional brasileira estava envolvida em atividades educacionais, considerando atividades de ensino escolar e atividades complementares. Em relação às atividades complementares, somente 2% da população carcerária participava de projetos de remição de pena por leitura ou de outras atividades complementares.

As atividades no projeto remição de pena por leitura, de acordo com Julião e Paiva (2014) destinam-se principalmente aos reeducandos que não estão sendo atendidos pela escola regular ou por outros projetos e caracterizam-se, dessa forma, como uma alternativa para as unidades prisionais que não conseguem oferecer atividades educativas regulares a todos.

A leitura, nesse contexto, surge como um hábito capaz de ajudar a amenizar o problema do ócio e da falta de expectativa que atinge grande parte da população carcerária brasileira. Sendo assim, a leitura tem função de propiciar a cultura e possui caráter ressocializador, até mesmo por contribuir na restauração da autoestima dos reeducandos, e está consagrada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça como medida de melhoria da execução da pena.

Com a leitura, atingem-se dois pontos importantes: a instrução e educação do apenado e a redução do período de pena através de sua aceitação como forma de remição.

4. Neste artigo optamos por nos referir à população carcerária como reeducandos(as).

Dessa maneira, o projeto de extensão da Universidade Regional de Blumenau (FURB) “Contexto – Ampliando o Alcance à Liberdade por meio da Leitura no Presídio Regional de Blumenau”⁵ iniciado em 2016, visa atender a demanda da Secretaria de Justiça do estado de Santa Catarina no que diz respeito ao atendimento da legislação referente à Remição de Pena por leitura no Presídio Regional de Blumenau (doravante PRB). Mais do que isso, nosso propósito é desenvolver nos reeducandos, que participam do projeto de forma voluntária, o hábito pela leitura.

Desde agosto de 2016, a partir do contato com o presídio e com a juíza responsável pela vara de execuções penais, foi desenvolvido um projeto piloto e um plano de ação para o atendimento de 40 reeducandos. Na ocasião foi publicada a Portaria N^o 006/2016 (BLUMENAU, 2016), que institui, na Comarca de Blumenau, o projeto piloto de remição de pena por leitura viabilizado pela FURB, como uma ação de extensão. Em 2017, após ser aprovado no Edital PROPEX 05/2016, esse projeto piloto tornou-se um projeto de extensão universitária, o qual foi renovado em 2018 e 2019 por meio de sua aprovação nos Editais PROPEX 12/2017 e 10/2018.

Nosso objetivo, no presente estudo, é apresentar e discutir os resultados obtidos por meio do Projeto Contexto nos anos de 2017 a 2019 e apontar para possibilidades de melhoria.

Para atender a esses objetivos, o artigo está assim dividido: na Seção 2, faremos uma revisão de literatura sobre o letramento literário e a formação de leitores em ambientes com privação de liberdade; na Seção 3 apresentaremos o projeto e a sua metodologia; na Seção 4 os resultados serão apresentados e discutidos; e, por fim, faremos as considerações finais.

2. Revisão de Literatura

Nesta seção apresentaremos a revisão de literatura que embasa nosso projeto. Na Subseção 2.1 traremos a visão de alguns autores sobre a formação do leitor literário da perspectiva do letramento literário e na Subseção 2.2 trataremos da formação de leitores do cárcere e sobre o projeto de remição de pena por leitura no Brasil.

2.1. A formação do leitor literário

Rangel (2005) nos coloca a seguinte questão: o que é a leitura literária? Seria ela diferente da leitura de outros tipos de texto? Para esse autor, a leitura tem sido tratada por inúmeros pesquisadores do ponto de vista cognitivo ou histórico-cultural, o que deixa de lado a materialidade do texto e da leitura e, por consequência, dificulta a sua caracterização como uma experiência subjetiva.

5. O projeto recebeu fomento da Universidade Regional de Blumenau nos anos de 2017, 2018 e 2019.

Diante disso, Rangel (2005, p. 3) defende a perspectiva do letramento literário, a qual nos possibilita colocar no centro das atenções “[...] as idiossincrasias dos sujeitos, a particularidade das situações e a materialidade dos textos podem, por direito, ocupar o centro das atenções”.

Seguindo essa linha de raciocínio, Cosson (2016, p. 17) afirma que é no texto literário que se encontra o senso de nós mesmos e da comunidade a que pertencemos: “A experiência literária não só nos permite saber da vida por meio da experiência do outro, como também vivenciar essa experiência”. Dessa forma, o autor defende que a literatura é um processo formativo tanto da linguagem quanto do leitor e do escritor. O letramento literário, nesse sentido, é uma prática social que deve “[...] garantir a função essencial de construir e reconstruir a palavra que nos humaniza.” (COSSON, 2016, p. 23) Para isso, é importante que se garanta que o centro da prática literária seja a leitura efetiva dos textos, o que muitas vezes não ocorre no ensino escolarizado da literatura. Os próprios livros didáticos apresentam problemas em atividades de leitura. Bottega e Schlindvein (2019), analisando um livro didático do 3º ano do ensino fundamental, chegam à conclusão de que as atividades de leitura do livro analisado apresentam discrepâncias entre a proposta e a unidade do texto, fragmentação do texto e até mesmo omissão de dados da produção original.

A leitura completa do texto permite ao leitor um mergulho profundo na narrativa, além de estreitar a relação entre o leitor e os personagens. Nesse sentido, quando analisa o poema “Fim”, de Carlos Drummond de Andrade, Lajolo (2004) constata que a tristeza do eu-lírico (que no poema parece se confundir com o próprio Drummond jovem) pelo fim da história de Robson Crusoe resume bem a relação entre os bons leitores e a relação que estabelecem com as narrativas, uma relação de identificação e envolvimento. Fazendo um paralelo entre o poema de Drummond e a metáfora bastante conhecida de Monteiro Lobato, “um livro onde as crianças possam morar”, a autora chega a conclusão de que para os dois autores os livros são “[...] território livre, espaços que se tornam familiares, seguros, acolhedores para o leitor” (LAJOLO, 2004, p. 13).

Projetos de leitura têm, portanto, um papel essencial na formação não só do leitor literário, mas também de cidadãos mais conscientes de seu papel na sociedade, contribuindo, nos ambientes de privação de liberdade, com a ocupação do tempo livre e também com a ressocialização dos envolvidos.

A seguir, na subseção 2.2, daremos ênfase à discussão que concerne à formação do leitor literário no cárcere e aos projetos de remição de pena por leitura.

2.2. A formação do leitor literário no cárcere e os projetos de remição de pena por leitura

Antes de falar na formação do leitor no ambiente carcerário é importante que tenhamos noção do perfil dos reeducandos das unidades prisionais brasileiras. De acordo com dados do INFOPEN, a faixa etária da maior parte dos reeducandos varia entre 18 e 29 anos – 55% da população carcerária se encaixa nesse perfil. Dessa forma, é possível concluir que a maior parte dessa população é composta por jovens. Em Santa Catarina, os índices são parecidos com os nacionais – 48% da população carcerária é formada por jovens (BRASIL, 2017).

Em relação à raça, cor ou etnia, os dados do INFOPEN revelam que 64% das pessoas privadas de liberdade são negras. Dessa maneira, a população negra está sobre-representada no sistema prisional, uma vez que a população brasileira negra acima de 18 anos no Brasil é de 53%. Em Santa Catarina, 56% da população carcerária é branca e 42% negra. Nesse caso, a população negra também está sobre-representada⁶ (BRASIL, 2017).

Já em relação à escolaridade, no Brasil, 51% da população carcerária tem apenas Ensino Fundamental incompleto. 75% das pessoas privadas de liberdade não acessaram o Ensino Médio. Em Santa Catarina, 48% têm Ensino Fundamental incompleto e 76% não tiveram acesso ao Ensino Médio.

Esses dados nos dão o perfil da população carcerária brasileira: jovens, negros e com baixa escolaridade. Ou seja, o ambiente carcerário se revela como um ambiente de exclusão, onde a parte mais fragilizada da sociedade se concentra.

Em projetos que envolvem leitura, como é o nosso caso, o grau de escolaridade dos indivíduos tem um peso bastante importante. A situação não nos é favorável nesse sentido e o cenário pode ser ainda pior tendo em vista que a leitura requer um hábito que ultrapassa o grau de escolaridade, ou seja, não basta ter frequentado a escola para ser um leitor. Os dados do INAF (2016) comprovam isso, visto que mais de dois terços das pessoas que têm no máximo quatro anos de escolaridade permanecem na condição de analfabetismo e funcional e, entre os que ingressaram ou concluíram os anos finais do ensino fundamental, mais de um terço ainda pode ser classificado na condição de analfabeto funcional.

Tendo noção desse perfil, iniciar um projeto de leitura no presídio coloca-se como um desafio. A escolha das obras literárias não pode ser feita de qualquer maneira para que não se crie no projeto, a exemplo do que já ocorre no cárcere, um ambiente de exclusão.

6. De acordo com dados do Censo 2010, mais de 5 milhões de catarinenses são brancos, seguidos por quase 800 mil pardos, apenas 183 mil pretos, 26 mil amarelos e cerca 16 mil indígenas.

Faria e Oliveira (2014), ao relatarem sua experiência no projeto de remição de pena pela leitura no Presídio de Catanduvas (PR), apontam vários desafios para que esse tipo de projeto possa realmente se efetivar nas unidades prisionais brasileiras, dentre eles, a ausência de uma regulamentação uniforme para todas as unidades. Porém, o que mais chama a atenção nesse tipo de projeto são os problemas de concepção de leitura como um processo pedagógico.

As autoras citam como exemplo a ampla indicação do livro *Crime e castigo*, de Dostoiévski, nas unidades prisionais em que o projeto de remição pela leitura têm acontecido. Faria e Oliveira (2014) ressaltam que uma obra como essa é de difícil leitura para aqueles que não estão familiarizados com o estilo linguístico ou com o tipo de conteúdo tratado pelo autor. Elas salientam ainda que essa obra é de difícil compreensão até mesmo para quem é plenamente alfabetizado, o que dificultaria ou mesmo impossibilitaria a escrita de uma resenha por aqueles que não possuem uma formação educacional sólida.

As colocações de Faria e Oliveira (2014) são muito pertinentes, principalmente se levarmos em consideração o perfil da população carcerária brasileira. Sendo assim, para que os projetos de leitura realmente se efetivem, é preciso proporcionar aos participantes oportunidades de leitura diversas para que assim não se exclua ou selecione apenas aqueles que têm mais formação escolar (FARIA; OLIVEIRA, 2014).

Estamos de acordo com Faria e Oliveira quando defendem que:

Dependendo da formação do preso, a leitura de uma revistinha da *Turma da Mônica* ou mesmo de uma cartilha com letras grandes e muito ilustrada será muito mais valiosa ao estudo e aperfeiçoamento de seu aprendizado do que o aclamado livro de Dostoiévski, pois a educação jamais pode se completar se não for feita em pequenos passos que respeitem a compreensão cognitiva até então adquirida (FARIA; OLIVEIRA, 2014, p. 5-6).

Além da escolha de obras compatíveis com nível de letramento dos reeducandos, há também outras medidas que poderiam ser tomadas para melhorar o andamento do projeto. Uma delas é associar os projetos de leitura a programas regulares de escolarização, assim, os participantes com nível de letramento mais baixo poderiam melhorar seu desempenho e também aproveitar melhor seu tempo de privação de liberdade para completar seus estudos, direito que não foi efetivado no seu tempo fora do cárcere (JULIÃO; PAIVA, 2014).

Dados do INFOPEN revelam que 50% da população carcerária em atividade de ensino escolar estão em formação no ensino fundamental (BRASIL, 2017). A oferta do ensino fundamental é obrigatória no sistema prisional, mas sabe-se que, apesar de esse ser um direito do reeducando, não são todas as unidades prisionais que oferecem essa oportunidade e, quando oferecem, geralmente não há vagas para todos.

Outro problema nos projetos de leitura nas unidades prisionais apontado tanto por Faria e Oliveira (2014) quanto por Julião e Paiva (2014) diz respeito ao modo como as avaliações de leitura são realizadas. Na maior parte das unidades prisionais brasileiras, as avaliações das resenhas produzidas pelos participantes do projeto são realizadas por comissões despreparadas, compostas, muitas vezes, por agentes penitenciários e não por pedagogos.

Apesar de a Portaria Conjunta n. 276, de 20 de junho de 2012, prever que o responsável pela avaliação deva ser o pedagogo da unidade, abre-se também a possibilidade de o avaliador ser servidor designado pela Divisão de Reabilitação da unidade. Sendo assim, em muitos casos a avaliação não é feita por profissionais capacitados para tal atividade.

Deve-se ressaltar ainda, a necessidade de haver mais espaços adequados para estudo e leitura. Nos presídios brasileiros a oferta de espaços coletivos de leitura, como bibliotecas, não é prática comum. De acordo com Julião e Paiva (2014), mesmo nas escolas essa oferta é baixa e pouco valorizada, o que se reflete na não inclusão dessa discussão nos projetos políticos pedagógicos e nas práticas de professores e estudantes, como atestam pesquisas publicadas em 2005 e 2009 que avaliam o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).

Se mesmo nas escolas há poucos espaços coletivos destinados à leitura, pode-se prever que nos presídios haverá muito menos. De acordo com dados do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (2016, p. 63), em 2015, das 1.438 unidades prisionais do Brasil, apenas 1.031 garantem o livre acesso à leitura a todos os presos. Dessas, somente 626 têm em sua estrutura bibliotecas. Na região Sul do país, onde se encontra o Presídio Regional de Blumenau, a situação não é tão diferente. Das 183 unidades prisionais, 154 garantem o livre acesso à leitura a todos os presos e 122 contam com biblioteca em sua estrutura⁷.

A portaria conjunta n. 276, de 20 de junho de 2012, que disciplina o projeto de remição de pena por leitura no Sistema Penitenciário Federal prevê, entre outras coisas, que é necessário haver nos acervos das Bibliotecas das Penitenciárias Federais no mínimo vinte exemplares de cada obra indicada para leitura no projeto. Essa portaria conjunta é levada em consideração pela maior parte dos projetos de remição de pena por leitura existentes no Brasil, inclusive pela Portaria n. 006/2016, da 3ª Vara Criminal da Comarca de Blumenau, que disciplina esse projeto nas unidades prisionais de Blumenau. Tendo em vista a falta de estrutura no sistema carcerário, como já mencionamos, essa condição torna o projeto inviável na maior parte das unidades prisionais brasileiras.

7. De acordo com o CNMP (2016, p. 17), esses “[...] dados foram colhidos por Promotores de Justiça e Procuradores da República em 2014 e 2015, por ocasião das regulares inspeções carcerárias.”

Outro aspecto importante mencionado no Artigo 6, parágrafos V e VI da portaria conjunta n. 276, de 20 de junho de 2012, é a necessidade de haver Oficinas de Leitura que incentivem a leitura e o desenvolvimento da escrita como forma criativa de expressão⁸, como apontam Julião e Paiva (2014, p. 122).

Formar leitores e, portanto, cidadãos mais conscientes de seu papel na sociedade tem sido um dos objetivos do projeto de remição de pena por leitura no PRB, o qual será apresentado mais detalhadamente na Seção 3, a seguir.

3. O projeto de leitura no Presídio Regional de Blumenau (PRB)

Para atender aos objetivos do projeto de extensão universitária “Contexto – Ampliando o alcance à liberdade por meio da Leitura no Presídio Regional de Blumenau”, a equipe, composta por duas docentes e duas acadêmicas do Curso de Letras e um professor e uma acadêmica do Curso de Direito⁹, tem se esforçado para adaptá-lo à realidade do presídio. Dessa forma, o projeto tem sido articulado pelo Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras (CCEAL) e pelo Centro de Ciências Jurídicas (CCJ).

O PRB, assim como a maior parte das unidades prisionais brasileiras, sofre com o problema da superlotação. De acordo com dados do relatório de inspeção de outubro de 2019, a população carcerária do PRB é de 938 presos (300 provisórios, 246 no regime fechado, 371 no regime semiaberto e 21 em prisão civil), mas nas instalações há capacidade para apenas 451, ou seja, a superlotação é de 107,98%. Dessa população, o projeto de extensão de remição de pena por leitura atende apenas 40 reeducandos do regime semiaberto, que participam de forma voluntária. A seleção desses reeducandos é feita por um funcionário do Setor de Educação da unidade prisional.

Apesar de serem poucos os beneficiados pelo projeto, pretendemos, além de possibilitar aos reeducandos participantes a remição de pena por leitura, formar leitores literários e, para isso, levamos em consideração o perfil dos participantes para que não sejam excluídos do projeto aqueles reeducandos com menos formação escolar ou com nível mais baixo de letramento.

Sendo assim, para traçar o perfil dos reeducandos, que participam voluntariamente do projeto, a equipe elaborou conjuntamente um questionário, que tem sido repensado a cada início de ano, e usado como diagnóstico. Esse questionário é aplicado a todos os reeducandos que tem interesse em participar do projeto, independentemente

8. Uma proposta para a implantação de Círculos de Leitura e Letramento Literário em espaços de privação de liberdade é feita em Jorge, Zendron da Cunha e Ramos (2020).

9. No ano de 2019, em virtude de mudanças no edital de extensão, o projeto foi ampliado com a inclusão de mais uma bolsista do Curso de Letras e um professor da área de Educação. É preciso destacar que também atuam no projeto voluntários da comunidade acadêmica e da comunidade externa. O número de voluntários que atuam no projeto foi variável ao longo desses três anos.

da sua data de entrada. Nele, há perguntas relacionadas ao grau de escolaridade, às preferências e hábitos de leitura, entre outras.

A partir desse diagnóstico a equipe traça um perfil desses leitores ou futuros leitores e, com base nele, escolhe uma obra literária que se adeque a esse perfil. A escolha dos títulos, portanto, não é feita de maneira aleatória e garante a oferta de variadas oportunidades de leitura para que não sejam privilegiados apenas aqueles reeducandos que têm maior formação escolar (FARIA; OLIVEIRA, 2014) ou maior nível de letramento.

Depois de selecionados os títulos, é feita a distribuição dos livros para os reeducandos, os quais têm até 30 dias para a realização da leitura. O prazo para o término da leitura, assim como os procedimentos avaliativos para efetivar a homologação das remições, é orientado pela Portaria nº 006/2016 (BLUMENAU, 2016), que institui, na Comarca de Blumenau, o projeto piloto de remição de pena por leitura viabilizado pelo projeto de extensão da FURB.

A avaliação aplicada aos reeducandos é a produção de uma resenha, com peso 5, e de uma prova oral, com peso 5, ambas somando 10. O reeducando deve obter nota igual ou superior a 6,0 para fins de remição de pena. Os dias remidos são estabelecidos pela Portaria Conjunta Nº 276, de 20 de junho 2012, que define a remição de 4 dias de pena para cada 30 dias de leitura, podendo o reeducando remir até 48 dias no prazo de 12 meses.

Em relação à avaliação, a Portaria nº 006/2016 prevê que, após a leitura do livro, o reeducando deverá apresentar uma resenha a respeito do assunto que respeite critérios como estética, limitação ao tema e fidedignidade. Além disso, a portaria prevê a participação em prova oral.

Um problema que apontamos no processo de avaliação diz respeito às orientações em relação aos critérios das provas. Esses critérios têm sido explicados aos reeducandos apenas no dia da avaliação. De acordo com a portaria conjunta n. 276, de 20 de junho de 2012, no Artigo 6, parágrafos V e VI deveria haver Oficinas de Leitura que incentivem a leitura e o desenvolvimento da escrita como forma criativa de expressão. Para que essas oficinas se efetivassem, seria preciso haver, no PRB, um pedagogo responsável para tal ou a possibilidade de se desenvolver outro projeto de extensão para dar conta desta demanda.

Pensando nisso, Jorge, Zendron da Cunha e Ramos (2020) propuseram modelos de oficinas de escrita e letramento literário que deveriam ser implantadas no PRB em 2019 no âmbito do Projeto Contexto. Entretanto, dadas as condições de superlotação do presídio e número insuficiente de agentes penitenciários (apenas 60 agentes para 938 presos), o PRB não pôde aceitar mais essa ação no âmbito do projeto¹⁰. A equipe

10. De acordo com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, em petição criminal, a situação de falta de agentes penitenciários no PRB é uma das piores do estado e, por esse motivo, em novembro de 2019, houve interdição parcial do PRB, com a fixação de lotação máxima da unidade prisional em 620 presos.

espera que nos próximos anos seja possível colocar em prática as ações que visam a implantação das oficinas de escrita e os círculos de letramento literário.

As provas são realizadas nas salas de aula do PRB, onde o reeducando recebe uma folha A4 com 25 linhas impressas. Depois de finalizar a prova escrita, o reeducando é deslocado para a biblioteca ou para outro espaço designado pela pedagoga da unidade prisional e lá o avaliador (professor ou bolsista acompanhado por professor) ouve o seu relato da leitura e propõe algumas questões que devem ser respondidas oralmente. No momento da prova oral, os avaliadores também conversam com o reeducando a respeito de sua experiência de leitura, de suas preferências e de suas possíveis dificuldades visando a melhoria no processo de indicação de obras literárias. Em nenhuma das avaliações o reeducando tem sua nota divulgada.

Uma vez que a equipe finaliza os procedimentos avaliativos, o trabalho continua na universidade, onde tem início o preenchimento dos pareceres das avaliações e digitalização das resenhas escritas. Esse material tem sido armazenado eletronicamente para consulta da equipe, porém, os documentos originais são enviados para um funcionário da unidade prisional que, trimestralmente, envia os relatórios ao Juiz da Execução Penal para fins de remição.

Como o número de vagas para participação no projeto é limitado, a equipe da FURB e o funcionário do PRB resolveram que só continuam no projeto aqueles reeducandos que obtiverem nota igual ou superior a 6. Sendo assim, caso se constate a não leitura da obra indicada em alguma etapa de avaliação, o reeducando é substituído pelo próximo na lista de espera. Esse procedimento tem contribuído para dar credibilidade ao projeto e criar uma cultura de leitura, algo que se mostra bastante difícil para aqueles que já estão há tempo fora da cultura escolar.

Com a permanência do reeducando no projeto, a escolha dos próximos títulos vai se tornando mais fácil para a equipe, pois a partir da primeira avaliação oral é possível perceber o nível de dificuldade do reeducando e pode-se, dessa maneira, adequar melhor a indicação àquele perfil de leitor. A equipe também é sensível, na medida do possível, aos pedidos dos reeducandos em relação a temáticas e gênero, sempre observando que o objetivo é formar leitores literários e que, portanto, leituras técnicas ou religiosas ficam de fora.

Outro trabalho que vem sendo desenvolvido pelo projeto é a organização do acervo da biblioteca do presídio. O PRB é uma das unidades prisionais de Santa Catarina que contam com biblioteca. Quando o projeto teve início em 2017, a biblioteca da unidade estava instalada ao lado das salas de aula e permanecia fechada na maior parte do tempo (esse espaço vinha sendo usado principalmente pela equipe da FURB na ocasião das avaliações).

O acervo é pequeno e composto por poucos títulos. Quando a equipe do projeto teve o primeiro contato com o espaço, as obras não estavam catalogadas e o único controle que havia era um caderno com os títulos escritos a mão por um dos reeducandos. Tendo em vista a necessidade de mapeamento das obras presentes na Biblioteca do PRB para o trabalho com leitura, nossa equipe se propôs a iniciar a catalogação e a classificação desses livros presentes no acervo, bem como das obras recebidas por doação.

A princípio, poucos livros do acervo do presídio foram utilizados no projeto, uma vez que não tínhamos acesso a informações precisas sobre quantidade de exemplares para cada título e percebemos, além disso, que muitos dos títulos não eram adequados ao perfil dos reeducandos ou do projeto, ou por serem clássicos da literatura de difícil compreensão ou por serem livros didáticos, religiosos ou de autoajuda, o que está fora do escopo do nosso projeto, que tem por objetivo formar leitores literários. Essa dificuldade levou a equipe a procurar ajuda externa. Sendo assim, os primeiros livros indicados pela equipe foram comprados pela Universidade e doados ao acervo do PRB.

Longe de ser o ideal para o começo do trabalho, a equipe se organizou e fez uma lista de títulos a serem comprados pelo PRB de acordo com o perfil dos leitores. O pedido de compra de 61 títulos, um total de 249 exemplares, foi feito ao PRB em março e uma parte das obras (145 exemplares) foi recebida em agosto de 2017.

Iniciamos o procedimento de catalogação a partir das obras doadas pela Universidade e das novas obras compradas via licitação após o pedido feito pela equipe do projeto. Todo o procedimento de catalogação foi orientado por profissionais da Biblioteca Central da FURB, que indicaram um aplicativo como recurso para arquivamento e acesso online. O procedimento de catalogação do acervo foi concluído em 2018 e, dessa forma, alguns títulos do acervo da biblioteca do PRB passaram também a ser utilizados no Projeto Contexto – apenas os que continham número maior de exemplares por título.

Desde então, a equipe já fez novos pedidos de compra de livros, mas até o final de 2019 não foram feitas novas aquisições. Além disso, em 2019, o espaço antes utilizado como biblioteca passou a funcionar como sala de aula e hoje todo o acervo do Projeto Contexto foi deslocado para uma estante localizada em uma sala do setor de educação da unidade prisional. O acervo do presídio permanece encaixotado em um galpão. De acordo com funcionários do PRB, devido a obras de manutenção em curso, ainda não há previsão para um novo espaço dedicado à biblioteca.

A seguir, na Seção 4, serão apresentados e discutidos os resultados do Projeto Contexto no PRB nos anos de 2017, 2018 e 2019.

4. Resultados e Discussão

Nesta seção, apresentaremos e discutiremos os resultados do projeto de extensão universitária “Contexto – Ampliando o Alcance à Liberdade por meio da Leitura no Presídio Regional de Blumenau” nos anos de 2017, 2018 e 2019. Dessa forma, primeiramente apresentaremos um breve perfil dos reeducandos obtido por meio do questionário diagnóstico, seguida pela apresentação dos resultados em relação às avaliações de leitura e, por fim, discutiremos sobre o espaço da Biblioteca e a aquisição de novas obras.

O perfil dos reeducandos voluntários participantes do projeto de leitura no PRB segue o padrão nacional. De acordo com os diagnósticos feitos pela equipe do projeto ao longo dos seus três anos, mais de 50% dos reeducandos têm idade inferior a 30 anos, caracterizando uma população jovem.

Apesar de alguns reeducandos já participarem de outras formas de remição de pena como o trabalho e o estudo, de acordo com o diagnóstico, o nível de escolaridade dos participantes é muito baixo. Aproximadamente 55% dos reeducandos têm apenas o Ensino Fundamental completo ou incompleto e aproximadamente 30% tem o Ensino Médio incompleto. Sendo assim, cerca de 87% dos participantes do projeto não completaram a Educação Básica. Os dados desses reeducandos são próximos, portanto, do padrão nacional, apesar de haver uma porcentagem menor de reeducandos com Ensino Fundamental incompleto (a média nacional é de 51%, enquanto na nossa população é de 30%).

Esses números em relação ao grau de escolaridade são preocupantes, pois refletem o nível de letramento dos participantes do projeto. Sabe-se, além disso, que a situação pode ser ainda pior se levarmos em consideração os dados do INAF (2016), os quais revelam que mais de dois terços das pessoas que têm no máximo quatro anos de escolaridade permanecem na condição de analfabetismo funcional e, entre os que ingressaram ou concluíram os anos finais do ensino fundamental, mais de um terço ainda pode ser classificado na condição de analfabeto funcional. Nesse sentido, nosso projeto tem o papel de, por meio da leitura, aumentar o nível de letramento dos participantes.

Os diagnósticos, além de nos darem acesso às informações mencionadas, também nos revelaram as preferências de leitura dos reeducandos e, assim, a equipe pôde fazer a escolha das obras levando em consideração tanto o nível de escolaridade quanto os gostos pessoais de cada um. Dessa forma, compõem o acervo do projeto livros variados que incluem desde *best-sellers*, livros categorizados como infanto-juvenis até clássicos da literatura, proporcionando oportunidades diferenciadas de leitura.

Essa diversidade aparece inclusive entre os livros apontados como os favoritos pelos participantes do projeto, que vão desde romances de autores como Julio Verne e Italo Calvino até histórias em quadrinhos. Livros considerados muito fáceis por indivíduos plenamente alfabetizados, como “Bear”, de Bianca Pinheiro, “Os goonies”,

de James Kahn, e “O pequeno príncipe”, de Antoine de Saint-Exupéry, por exemplo, podem trazer grandes desafios para os reeducandos que apresentam dificuldades de leitura e compreensão. Por isso, assim como sugerem Faria e Oliveira (2014), acreditamos que a leitura de obras como essas podem ser muito mais valiosas para a formação desses leitores do que clássicos da literatura de difícil compreensão até mesmo por indivíduos plenamente alfabetizados. A formação de um leitor é um trabalho processual, demorado, e, por isso, deve-se respeitar o nível de letramento de cada participante do projeto no momento da indicação.

Seguir esses passos tem nos levado a resultados bastante positivos, visto que alguns participantes do projeto que não tinham o hábito de ler estão hoje pegando outros títulos emprestados na biblioteca do PRB. Mesmo os que relatam dificuldades de compreensão, ponderam que o esforço tem valido a pena, uma vez que a leitura tem trazido apenas benefícios. As principais dificuldades apontadas pelos leitores no questionário dizem respeito à compreensão de vocabulário. Eles reclamam bastante da falta de dicionários para consulta. Esse problema persiste, apesar da insistência da equipe da FURB com o PRB para que os participantes do projeto tivessem mais acesso à biblioteca (que a partir de 2019 deixou de existir).

Alguns reeducandos também dizem ter dificuldades em gravar personagens, em entender histórias cujo enredo não é linear, além de preferirem romances a livros de contos e crônicas. Eles dizem ter dificuldade para memorizar muitas histórias e, além disso, para escolher o que dar ênfase na hora de escrever a resenha. A escrita da resenha, inclusive, foi uma das dificuldades mencionadas por alguns reeducandos. Além disso, houve também alguns pedidos de livros menores e com mais ilustrações.

Essas dificuldades não nos parecem estranhas se levarmos em consideração o perfil desses sujeitos, os quais em sua maioria têm baixo grau de escolaridade e, conseqüentemente, baixo nível de letramento.

Alguns reeducandos também apontaram para a necessidade de aumentar o acervo e deixar que o próprio participante do projeto escolha o título a ser lido. Também acreditamos que o ideal seria que o reeducando pudesse escolher o título entre algumas opções oferecidas pela equipe, porém, enquanto houver limitação de exemplares e a equipe continuar pequena, não há possibilidade de isso acontecer.

Há também reeducandos que pedem por títulos classificados como autoajuda ou religiosos, porém o objetivo do projeto é formar leitores literários e oportunizar diferentes possibilidades de leitura, as quais eles não teriam acesso fora do projeto, então esse tipo de obra não fará parte das possibilidades de leitura.

Quando às avaliações realizadas no PRB, desde 2017, a equipe aplicou em torno de 745 avaliações em 16 rodadas. A seguir, no Quadro 1, apresentamos os resultados de cada rodada de avaliação:

Rodada de Avaliação	Data(s)	Quantidade de livros distribuídos	Quantidade de pareceres favoráveis à remição de pena
1	23/03/2017	40	8
2	05/05/2017	40	3
3	22 e 26/06/2017	40	13
4	28/08/2017	40	9
5	09/10/2017	41	30
6	13 e 20/11/2017	42	31
7	11/12/2017	40	34
8	25/04/2018	45	39
9	20/06/2018	46	41
10	22/08/2018	50	34
11	24/10/2018	47	37
12	13 e 14/12/2018	67	44
13	30/04/2019	45	33
14	07/06/2019	43	29
15	30/08/2019	44	28
16	01 e 08/11/2019	75	39
TOTAL		745	452

Quadro 1. Resultados das avaliações de leitura no Presídio Regional de Blumenau em 2017, 2018 e 2019

A análise do Quadro 1 nos mostra o quanto o projeto demorou a trazer resultados no primeiro ano. Nas quatro primeiras rodadas de avaliação, apesar de distribuímos 120 livros para leitura, apenas 33 pareceres favoráveis à remição de pena foram enviados à justiça.

Um dos motivos talvez tenha sido a novidade do projeto no presídio, que ainda não tinha credibilidade entre os reeducandos. Por isso, houve resistência na participação e, apesar de se inscreverem, no dia da avaliação desistiam ou faziam a prova sem terem lido o livro.

Outro fator que influenciou no baixo número de participantes nos dias de avaliação é a alta rotatividade desses reeducandos no regime semiaberto. Muitos reeducandos progridem ou regredem no regime e, por isso, deixam de participar do projeto.

Uma vez conhecendo melhor o dia-a-dia do PRB, nossa equipe, juntamente com a orientadora pedagógica da unidade, foi criando alternativas para mantermos um número maior de participantes no projeto, como a criação de uma lista de espera para interessados em participar. Dessa forma, foi possível fazer a rápida substituição de um reeducando por outro nos casos de desistência.

Depois das primeiras remições homologadas pela justiça e dos comentários positivos dos participantes, começou a se criar uma cultura de leitura no PRB e, além de mais reeducandos se mostrarem interessados em participar do projeto, aqueles que já participavam passaram a se engajar mais.

Dessa maneira, apesar dos percalços enfrentados no início da implantação do projeto, a partir da quinta avaliação o número de reeducandos cujos pareceres foram favoráveis à remição de pena por leitura aumentou consideravelmente e, ao longo de três anos, tivemos um total de 745 livros distribuídos para leitura e 452 pareceres favoráveis encaminhados à justiça.

Apesar das dificuldades encontradas ao longo desses três anos, reeducandos e funcionários têm avaliado positivamente a presença do Projeto Contexto no PRB. Alguns funcionários inclusive informaram à equipe que já leram ou que pretendem ler livros do acervo do projeto.

Em conversas informais, tanto funcionários quanto reeducandos afirmam que houve uma mudança significativa no comportamento das pessoas dentro da unidade prisional. Há relatos de que muitas das conversas são agora sobre leitura. Os participantes do projeto contam histórias que leram para outros reeducandos e percebe-se que há mais pedidos de empréstimo de livros da biblioteca do presídio. Muitos dos participantes do projeto, além de lerem os livros indicados para a avaliação, têm tomado outros títulos emprestados para ler.

Quanto à organização do acervo da biblioteca do PRB para possibilitar a consulta rápida a títulos e para facilitar e incentivar o processo de empréstimo de livros entre os reeducandos, em 2017 e 2018, a equipe do projeto fez a catalogação dos novos títulos adquiridos em função do projeto para a organização do acervo da biblioteca do PRB. Até dezembro de 2017, foram catalogados 209 livros, e no ano 2018, a equipe terminou de catalogar todo o acervo já existente na biblioteca do PRB.

Tendo em vista a falta de quantidade de exemplares de um mesmo título, a equipe enfrentou problemas, principalmente no primeiro semestre de 2017. Apesar de insistir na importância da compra de novos livros para o melhor andamento do projeto, apenas no mês de agosto recebemos parte da quantidade de exemplares pedidos (alegou-se falta de verba pública para a compra dos livros). Foram 145 livros recebidos, entretanto, recebemos poucos exemplares para o mesmo título e continuamos com alguns problemas concernentes à distribuição de leitura entre os integrantes da equipe de avaliação (composta por professores e bolsistas da FURB). Como nossa equipe de avaliação é pequena e há poucos exemplares do mesmo título, os avaliadores precisam fazer a leitura de vários títulos em um curto período para poderem fazer as avaliações.

Essa situação de falta de livros é problemática, ainda mais se levarmos em consideração que portaria conjunta n. 276, de 20 de junho de 2012, prevê a necessidade de haver no mínimo vinte exemplares de cada obra indicada para leitura no projeto nos acervos das Bibliotecas das unidades prisionais. Ou seja, mais uma vez o poder público não dá condições mínimas para que se garanta aos reeducandos o direito à remição de pena por leitura.

Tendo em vista a falta de investimento público no projeto, que não recebe novas aquisições desde 2017, em 2020 a equipe do projeto de extensão pretende, por meio de campanhas de doação, conseguir mais livros para o bom andamento do projeto.

Considerações finais

O sistema carcerário brasileiro vive uma situação precária. Sabe-se que a negação de direitos aos presos começa pela falta de vagas suficientes para que todos possam cumprir dignamente a pena imposta pelo Estado. Além da superpopulação carcerária, direitos básicos e essenciais para a ressocialização são negados aos reeducandos. Esse é o caso do direito à educação e ao trabalho. Essas limitações estruturantes acabam gerando a reincidência, resultado totalmente oposto ao pretendido pelo sistema penal.

Diante deste cenário, nosso projeto tem tido papel importante no cumprimento da demanda da secretaria de segurança pública do estado no que diz respeito à Lei 7.210/84, que dispõe sobre remição de pena. Apesar de o projeto atingir uma pequena parcela dos reeducandos do PRB, ele tem cumprido seu papel de, por meio da leitura, aumentar o nível de letramento dos participantes, que são, em sua maioria, jovens com baixa escolaridade.

Hoje, no Presídio Regional de Blumenau, a remição pela leitura só é viável por meio desse projeto, com as ações de extensão da Universidade, como vem acontecendo nos últimos três anos. Por isso, acreditamos que cumprimos com nossos objetivos ao garantir a esses sujeitos direitos já previstos em lei e, além disso, contribuimos para atingir uma das metas do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) da Universidade Regional de Blumenau. Dessa forma, o projeto tem tido sucesso não só pela viabilidade do cumprimento da lei, mas também por contribuir para a ressocialização e reeducação dos detentos, algo que, em última análise, reverte em benefícios a toda sociedade.

Referências

BLUMENAU. Poder Judiciário de Santa Catarina. Comarca de XXX. 3ª Vara Criminal. *Portaria n. 006*, de 20 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.oab-bnu.org.br/attachments/article/14038/Scan_20161003_183529.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2019.

BOTTEGA, Rita Maria Decarli; SCHLINDVEIN, Jaqueline de Alencar. Quando o exercício da leitura não ensina a ler: atividades de leitura no LD para anos iniciais da escola do campo. *Travessias Interativas*, São Cristóvão (SE), v. 9, n. 17, p. 45-58, jan.-jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento nacional de informações penitenciárias*: INFOPEN. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

_____. *Lei 7.210/84*, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7210.htm>. Acesso em: 07 ago. 2017.

_____. *Portaria Conjunta n. 276*, de 20 de junho de 2012. Órgãos Responsáveis pela Portaria: Justiça Federal e Departamento Penitenciário Nacional. Local de Publicação: Brasília/DF. Disponível em: <http://www.cjf.jus.br/cjf/documentos/portaria_remissaoapelaleitura.pdf/view>. Acesso em: 07.08.2017.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. *A visão do Ministério Público sobre o sistema prisional brasileiro*. Brasília: CNMP, 2016.

COSSON, Rildo. *Letramento literário: teoria e prática*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

FARIA, Alécia Alvim Machado; OLIVEIRA, Ana Guerra Ribeiro de. De turma da Mônica a Crime e Castigo: a remição por leitura como uma oportunidade de autodidática. 2014. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=2425ad56cc45acbd>>. Acesso em: 08 dez. 2016.

INDICADOR DE ANALFABETISMO FUNCIONAL – INAF. *Estudo especial sobre alfabetismo e mundo do trabalho*. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2016/09/INAFEstudosEspeciais_2016_Letramento_e_Mundo_do_Trabalho.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2017.

JORGE, Patrícia Gonçalves; ZENDRON DA CUNHA, Karina; RAMOS, Suelen. Círculos de leitura e letramento literário em espaços de privação de liberdade. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, v. 18, n. 3 p. 20-37, jan. 2020.

JULIÃO, Elinaldo Fernandes; PAIVA, Jane. A leitura no espaço carcerário. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 32, n. 1, p. 111-128, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2014v32n1p111/pdf_21>. Acesso em: 08 fev. 2018.

LAJOLO, Marisa. Carlos Drummond de Andrade: uma história exemplar de leitura. In: SOUZA, Renata Junqueira de (Org.). *Caminhos para a formação do leitor*. São Paulo: DCL, 2004.

PROENÇA, Debóra Maria. *Remição pela leitura: o letramento literário ressignificando a educação na prisão*. 157f. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas, Sociais e da Natureza) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Londrina, 2015.

RAMOS, Rowayne Soares. *Letramento na prisão?* Curitiba: Appris, 2016.

RANGEL, Egon de Oliveira. Letramento literário e o livro didático de língua portuguesa: “os amores difíceis”. In: PAIVA, Aparecida *et al.* (Orgs.) *Literatura e letramento: espaços, suportes e interfaces*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.